



BOLETIM DA

**aepet**ASSOCIAÇÃO DOS  
ENGENHEIROS  
DA PETROBRÁS

DEZEMBRO 1990

**EXTRA**

# Ações em defesa da Petroquímica

A Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS (AEPET) prepara uma ação contra a decisão do Governo Federal de privatizar a PETROQUÍMICA e a PETROFÉRTIL. A ação baseia-se na Constituição Federal (artigo quinto, inciso LXXIII) considerando a privatização lesiva à PETROBRÁS. Somente com a PETROQUÍMICA, a estatal, com base em valores de 30 de julho de 1990, perderia aproximadamente 1,15 bilhão de dólares, levando em conta o pagamento de 25% de IOF e IR sobre o valor de realização da reserva de reavaliação e demais impostos incidentes sobre a operação. Além disso, o valor líquido da venda do controle acionário da PETROBRÁS na PETROQUÍMICA, segundo Decreto

nº 99.463, de 16-8-90, seria transformado em títulos da dívida pública de longo prazo, não retornando à PETROBRÁS.

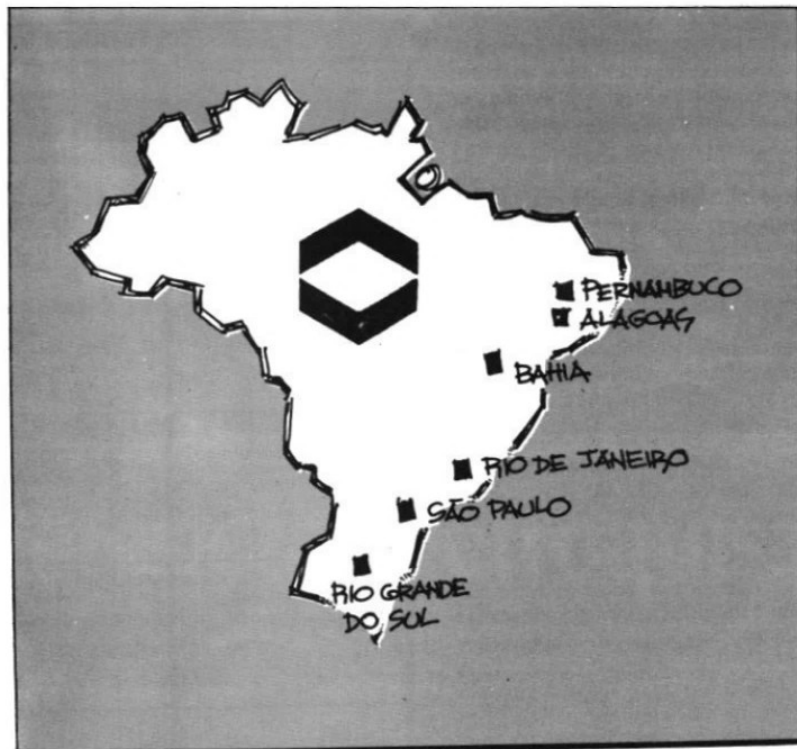
A AEPET, além da ação judicial na defesa do patrimônio da PETROBRÁS, comprou 1000 ações ordinárias da estatal (ON) pagando Cr\$ 72 mil e 30 mil ações da PETROQUÍMICA, preferenciais ao portador, investindo Cr\$ 61,5 mil. Com estas ações a AEPET, sob a forma de acionista, terá mais condições de defender a companhia e suas subsidiárias das perdas impostas pelo Governo Federal e da privatização. A AEPET está recebendo procurações para representar os acionistas minoritários da PETROBRÁS e da PETROQUÍMICA.

## Petroquímica no Brasil

### Situação em 31/12/89

#### % de participação no Capital Votante

□ Pernambuco (PE)	
COPERBO —	29,52
□ Alagoas (AL)	
CINAL	19,00
SALGEMA	23,21
ALCLOR	25,00
□ Bahia (BA)	
ACRINOR	35,00
CBP	23,87*
CIQUINE	33,31
CQR	36,89*
COPENE	48,16
CPC	33,33
DETEN	35,63
EDN	33,33
METANOR S.A.	47,50
NITROCARBONO	24,63
NITROCLOR	28,76
POLIALDEN	33,33
POLIPROPILENO	42,86
POLITENO	30,00
PRONOR	49,27
□ Rio de Janeiro (RJ)	
Companhia Nacional de Alcalis	92,52
PETROFLEX	100,00
FCC	40,00
NITRIFLEX S.A.	40,00
PetroRio	35,00
□ São Paulo (SP)	
Petroquímica União	67,79
CBE	23,04



OXITENO	27,75	□ Rio Grande do Sul (RS)	
POLIBRASIL	25,70	COPELUS	62,85
POLIDERIVADOS	47,90	PETROQUÍMICA TRIUNFO	45,22
POLIOLEFINAS	31,47	POLISUL	33,33
PETROCOQUE	35,00	PPH	20,00

\*% de participação no Capital Total, apenas sob a forma de ações preferenciais.

## Prejuízos

O Decreto nº 99.463, de 16 de agosto de 1990, que regulamentou a Lei 8031, de 12 de abril de 1990, instituiu que os resultados provenientes das vendas das participações acionárias, após liquidação de passivos e pagamentos de dívidas destas empresas, serão repassados ao governo com o recebimento por parte da PETROBRÁS/PETROQUISA de títulos da dívida pública de longo prazo. Como consequência, nenhum recurso proveniente destas alienações será aplicado como investimento ou reinvestimento na PETROBRÁS/PETROQUISA.

Para exemplificar os diversos aspectos danosos que advirão deste processo de privatização temos o caso da COPENE, que é a central de matérias-primas do pólo petroquímico do Nordeste, cuja participação da PETROQUISA no seu patrimônio líquido alcança o valor de aproximadamente US\$500 milhões. É bom lembrar que as cotações das ações da COPENE em bolsa têm variado entre 30 e 40% do seu valor patrimonial.

Assim sendo, se tomarmos por base a venda do controle acionário da PETROQUISA na mencionada empresa pelo seu valor patrimonial haveria, de imediato, uma perda de 25% relativa ao IOF (US\$ 125 milhões). Sobre esta venda incidirão ainda o Imposto de Renda e demais impostos o que aumentaria ainda mais estas perdas.

A hipótese de venda das participações a valores de cotação no mercado elevaria estes prejuízos a aproximadamente US\$ 300 milhões.

## Formação de cartéis

Uma informação cristalina do processo de privatização e desestatização da indústria petroquímica não pode omitir o risco de cartelização do setor, especialmente com referência às empresas do atual sistema PETROQUISA, em decorrência da aquisição do controle das centrais de matérias-primas pelos grupos privados que participam das empresas de segunda geração dos pólos petroquímicos de S. Paulo, Camaçari e Triunfo.

O cartel é um acordo verbal ou escrito que as empresas celebram entre si a fim de adotar uma política comum de negócios, sobretudo com vistas à comercialização de bens e serviços.

### Os acordos mais usuais objetivam:

— Fixar preços, descontos e condições de pagamento de bens e serviços, visando a eliminação da concorrência entre as empresas participantes ou com terceiros;

— A divisão dos mercados, de conformidade com categorias de compradores ou através da distribuição privativa por territórios;

— Estabelecer preços máximos para a aquisição de matérias-primas.

É certo que a formação de cartéis, eliminando a concorrência, produz aumento de preços dos produtos, redução das alternativas de compra e estagnação tecnológica por ausência de competitividade, entre outros efeitos prejudiciais.

Como exercício observamos que sendo a COPENE a central de matérias-primas do Pólo de Camaçari, é fornecedora de matérias-primas das seguintes empresas:

— POLITENO, em que a Conepar (Econômico) detém 20% do capital votante;

— POLIALDEN, em que o Econômico detém 33,33% do capital votante;

— CIQUINE Petroquímica, em que o Econômico detém 33,38% do capital votante;

— CPC, em que a Odebrecht detém 33,33% do capital votante;

— ALCLOR, em que a NORQUISA detém 23,32% do capital votante e a SALGEMA 38,35% (observação: do capital votante da SALGEMA 26,52% pertencem à NORQUISA, 27,02% à COPENE e 23,21% à EPB);

— COPERBO, em que a NORQUISA detém 24,32% do capital votante e a COPE-NE 35,95%;

**“A privatização e desestatização da indústria petroquímica não pode omitir o risco de cartelização do setor”**

— NITROCARBONO, em que a COPENE detém 40,35% do capital votante; a Petroquímica da Bahia (Mariani) 17,51% e a PRONOR 17,51% (observação: do capital votante da PRONOR, 50% pertencem à Petroquímica Bahia (Mariani));

— NITROCLOR, em que a NORQUISA detém 35,43% e a COPENE 9,77%.

A partir deste sistema de interparti-

cipações é possível a cartelização do setor petroquímico. O exemplo mais concreto é a provável aquisição do controle da COPENE pela NORQUISA—controlada pelos grupos Econômico, Mariani e Odebrecht—que participam do capital votante, diretamente, ou através da NORQUISA, em diversas empresas de segunda geração do Pólo Petroquímico de Camaçari, bem como da central de matérias-primas, o que favoreceria, em princípio, a realização de acordos traçando política comum de negócios.

Com a cartelização e a possível desnacionalização do setor petroquímico se estará não favorecendo à iniciativa privada, mas, sim, privilegiando alguns e esmagando outros empresários que até então têm suas participações garantidas no equilíbrio dos acordos de acionistas em vigor.

É importante destacar ainda que toda esta operação trará um prejuízo sem precedentes aos acionistas minoritários destas empresas, bem como aos da PETROQUISA e da PETROBRÁS, face à dilapidação do patrimônio destas sociedades, contribuindo, dessa forma, para aumentar ainda mais a descrença dos pequenos investidores nas aplicações no mercado de capitais. Torna-se necessário, assim, denunciar tal operação à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para que este organismo se pronuncie a respeito destas operações. Fica evidenciado que, se concretizada esta operação, a PETROQUISA e a PETROBRÁS terão seus patrimônios dilapidados, face aos prejuízos acima mencionados, sendo delegado ainda a um grupo pequeno de empresas o controle de grande parte da petroquímica nacional, com consequências danosas para o futuro

### OS GRANDES INTERESSADOS

GRUPOS	PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA PETROQUISA	
	DIRETA	INDIRETA
Mariani (Petroquímica da Bahia)	Pronor Nitrocarbono	Copene Nitroclor Coperbo Alclor Salgema via Norquisa
Odebrecht	CPC Polioléfinas PPH Salgema	Copene Nitroclor Coperbo Alclor Salgema via Norquisa
Banco Econômico	Ciquine Polialden Politeno	Copene Nitrocolor Coperbo Alclor Salgema via Norquisa
Cevokol (Mônica Rosemberg)	EDN Polibrasil Oxitenio	Copene Nitroclor Coperbo Alclor Salgema via Norquisa
Ultra	Oxitenio	—
Ipiranga	Polisul	—
Petroplastic (Boris Goventzwaig)	Petroquímica Triunfo	—

deste importante setor industrial, multiplicador de riquezas.

O sistema PETROQUISA, com suas 35 empresas espalhadas por seis estados brasileiros, tem hoje a maioria das empresas em situação confortável. Estas não teriam dificuldades em serem repassadas ao setor privado. Ao mesmo tempo, o grupo de empresas que vem enfrentando dificuldades terá o seu processo de repasse à iniciativa privada evidentemente inviabilizado pelo desinteresse dos empresários. Após a dilapidação do patrimônio da PETROBRÁS/PETROQUISA, quem alavancará os investimentos necessários ao desenvolvimento da indústria petroquímica brasileira? Quem terá capacidade técnica, financeira e gerencial para implantar, por exemplo, o Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro? Devido ao baixo respaldo técnico-econômico-financeiro do empresariado petroquímico nacional, a desnacionalização do setor é uma consequência visível a curto ou médio prazo. A história destes grupos vem indicando uma política de dividendos, sem estratégia de reinvestimento em suas empresas.

É fácil perceber as consequências para o sistema PETROBRÁS da alienação das participações acionárias da PETROQUISA, levando-se em conta os aspectos financeiros e principalmente por se tratar de setor estratégico para a necessidade de integração entre os setores petroquímico e de petróleo.

## A Petroquímica no Brasil

Em 1958 a PETROBRÁS colocou em funcionamento em Cubatão (São Paulo) uma fábrica de amônia e fertilizantes: a Fábrica de Fertilizantes de Cubatão (FAFER) que utilizava como matéria-prima os gases residuais da Refinaria Presidente Bernardes. Nessa ocasião, a PETROBRÁS deu início, também, ao projeto de uma fábrica de borracha sintética (FABOR) junto à Refinaria Duque de Caxias, que entrou em operação em 1962. A Fabor foi a primeira planta genuinamente petroquímica instalada no Brasil. Nela foram formadas as equipes técnicas que, posteriormente, foram transferidas para os demais pólos. O setor de pesquisas da Fabor deu origem a divisão de petroquímica e polímeros do CENPES (DIPOL). Em 1977, a FABOR foi transformada em sociedade anônima com 100% de seu capital pertencente à PETROQUISA e com a denominação de PETROFLEX.

Ainda em 1962, a PETROBRÁS iniciou estudos para aproveitar o gás natural produzido no Recôncavo Baiano e decidiu-se pela implantação de uma fábrica de fertilizantes, constituindo o Conjunto Petroquímico da Bahia (COPEB) que deu origem, mais tarde, à COPENE. Desde 1964, o grupo privado detentor do controle acionário da Refinaria de Petróleo União (atual RECAP) vinha se articulando com grupos estrangeiros para o estabelecimento de uma Central Petroquímica em Capuava (São Paulo). Essas articulações, ao cabo de vários anos, não conseguiram ser viabilizadas pelo desinteresse desses grupos. Ficou clara a necessidade imperiosa da participação da PETROBRÁS no empreendimento. A Lei 2004/53 que criou a PETROBRÁS impedia a associação

### COMPARATIVO ENTRE O LUCRO APRESENTADO PELA PETROBRÁS EM RELAÇÃO AO LUCRO DA PETROQUISA

Com a crise financeira que a PETROBRÁS vem enfrentando nos últimos anos, a PETROQUISA, por ser uma empresa lucrativa, tem tido uma contribuição significativa nos resultados apresentados pela PETROBRÁS, como se depreende pelo quadro comparativo a seguir:

	US\$ MILHÕES		
	1987	1988	1989
Lucro da PETROBRÁS sem subsidiárias	134	471	160
Lucro consolidado da PETROBRÁS	94	265	128
Lucro da PETROQUISA	196	262	224

**“Quase todas as corporações petrolíferas do mundo sejam privadas ou estatais têm associada a elas uma grande empresa operando com produtos químicos. A PETROQUISA é a empresa química da PETROBRÁS”.**

entre a iniciativa privada e a estatal. Foi criada, então, a primeira subsidiária da PETROBRÁS (PETROQUISA) pelo Decreto 61.981/67 assegurando à PETROBRÁS a maioria absoluta do capital votante. Ao mesmo tempo, foi permitido à PETROQUISA associar-se a outros projetos, mesmo em bases minoritárias.

O primeiro pólo petroquímico brasileiro em Capuava, São Paulo, representou novos investimentos da ordem de US\$ 450 milhões dos quais foram gastos US\$ 250 milhões apenas em sua central de matérias-primas — a Petroquímica União-PQU. A entrada da PETROQUISA, como acionista minoritária da PQU, assegurou a exequibilidade do projeto do primeiro complexo petroquímico da América Latina pela garantia de suprimento de recursos financeiros e de mão-de-obra treinada na PETROBRÁS. A PETROQUISA passou a participar mais tarde de forma controladora do empreendimento por ausência de interesse de outros grupos, garantindo, dessa forma, a viabilização da PQU.

A expansão da indústria petroquímica brasileira verificou-se com a implantação de um segundo pólo, no Nordeste. Sob a lide-

rança da PETROQUISA, o governo federal passou a executar a implantação do Pólo Petroquímico do Nordeste através de um rigoroso planejamento, incluindo as centrais de matérias-primas e utilidades, bem como os projetos “down-stream”. As indústrias de segunda geração do novo pólo tiveram como característica o modelo tripartite de participação acionária: 1/3 de capital da PETROQUISA, 1/3 de capital privado nacional e 1/3 de capital estrangeiro.

Em 1972, foi criada a COPENE, subsidiária da PETROQUISA, que como central de matérias-primas e utilidades orientou-se no sentido de maximizar as vantagens proporcionadas pela economia de escala e pela integração das diversas unidades industriais componentes do pólo. Foi previsto pelo governo que as empresas de segunda geração (em muitas das quais a PETROQUISA participa no capital votante) deveriam ter participação acionária obrigatória na central de fornecimentos de insumos básicos e utilidades (COPENE). Assim, em 1975, as empresas de segunda geração tornaram-se acionistas da COPENE graças a um generoso empréstimo do BNDES, com correção monetária limitada a 20% ao ano, com o que passaram a deter 44% do capital votante, enquanto a PETROQUISA teve a sua participação reduzida para 53%. Os restantes 3% pertenciam à PETROFÉRTIL.

Aos poucos, a PETROQUISA foi perdendo posição. Em 1978 não mais detinha o controle acionário da COPENE. Em 1980 essas empresas de segunda geração reuniram-se como acionistas controladoras em uma só empresa: a NORQUISA. Esta passou a deter 47% do capital votante da COPENE ainda em plena vigência da amortização do empréstimo do BNDES. A NORQUISA é portanto uma empresa capitalizada com recursos de terceiros e em condições privilegiadas.

Em consonância com a política de descentralização industrial do governo surgiu o terceiro pólo petroquímico — o do Rio Grande do Sul.

Ao contrário do segundo pólo, a propriedade da empresa coordenadora da implantação do pólo Sul e fornecedora de insumos básicos e utilidades foi dividida entre a PETROQUISA e uma subsidiária do BNDES (BNDESPAR). Surgiu, então, em 1976, a COPEL. Neste novo pólo chegou-se a considerar que a participação da PETROQUISA seria apenas na central de matérias-primas, ficando a implantação das empresas de segunda geração exclusivamente para as empresas privadas. No entanto, por pressão das multinacionais, desejosas de garantias de exequibilidade dos projetos, a PETROQUISA foi orientada no sentido de engajar-se na implantação dos projetos downstream, restringindo, por outro lado, a sua participação à 20% no capital votante destes projetos. Mas, de novo, a falta de recursos financeiros da iniciativa privada levou a PETROQUISA a ampliar sua participação no capital votante de duas das três empresas de segunda geração as quais se associou. Numa delas esse aumento se verificou com maior participação no capital social, sem alteração no seu direito a voto.

Com a decisão do governo em ampliar o parque petroquímico brasileiro, através da construção do pólo petroquímico do Rio de Janeiro, novamente a PETROQUISA foi chamada para coordenar a sua implantação, delegando posteriormente esta responsabilidade à PETRORIO, empresa constituída com participação marcante de capital estatal.

## A Petroquisa

**A** PETROQUISA é uma "holding" petroquímica: participa acionariamente, de forma direta ou indireta, em várias empresas fabricantes de produtos químicos e petroquímicos. O sistema PETROQUISA compreende 4 empresas controladas e 31 coligadas, além de várias outras empresas indiretamente vinculadas à PETROQUISA. O sistema resultou de várias associações da PETROQUISA com grupos nacionais e estrangeiros. Nas empresas coligadas a atuação da PETROQUISA se dá pela sua participação nas assembleias de acionistas, nos conselhos de administração e na gestão de suas atividades através de sua diretoria, prerrogativa do acionista, buscando uma presença marcante e integrada aos objetivos maiores do governo. Assim, a PETROQUISA atua não apenas nas inversões financeiras, mas, também, no planejamento, administração e controle das operações nas áreas financeira, tecnológica, industrial e comercial das empresas do sistema.

No ano de 1989, as empresas do sistema sediadas em seis estados da Federação produziram mais de 80% dos produtos petroquímicos fabricados no País. Por ser executora da política governamental para o setor, é necessário que os rumos da PETROQUISA sejam transparentes à sociedade, face a origem pública dos recursos que permitiram a sua criação. Paralelamente à promoção de desenvolvimento harmônico das indústrias do setor, cabe à PETROQUISA promover o fortalecimento progressivo da empresa privada nacional, não cabendo a PETROQUISA atuar como financiadora do parque pe-



troquímico brasileiro. Apesar de toda a sua importância para o setor, tendo em vista os resultados obtidos até agora e apesar de sua significativa contribuição para a economia nacional, observa-se um progressivo alijamento desta importante empresa das decisões do setor petroquímico.

**“Após a dilapidação do patrimônio da Petrobrás/Petroquisa quem alavancará os investimentos necessários ao desenvolvimento da indústria petroquímica brasileira?”**

## Privatização

**Q**uase todas as corporações petrolíferas do mundo, sejam privadas ou estatais têm associada a elas uma grande empresa operando com produtos químicos (Shell Chemical, Exxon Chemicals, Enichem e outras). A PETROQUISA é a empresa química da PETROBRÁS. A razão de todas as corporações de óleo terem seu braço químico deve-se, além da razoável similaridade entre os dois negócios, principalmente à elevada rentabilidade da indústria petroquímica, que tem retorno médio de investimentos em 5 a 6 anos.

A indústria petroquímica também tem lucros na ordem de milhões de dólares embora movimente valores de porte bem menor que a indústria do petróleo, o que prova ser a in-

dústria lucrativa. Apesar do ano de 1989 não ter sido um ano de resultados normais para a PETROBRÁS — contra seus resultados pesaram tarifas defasadas, atraso nos pagamentos devidos por empresas públicas, custos a descoberto com o fornecimento de álcool, etc, observou-se que neste ano, a PETROQUISA apresentou um lucro de US\$ 224 milhões e a PETROBRÁS de US\$ 160 milhões.

Em termos de resultados, a PETROQUISA tem sido uma importante geradora de recursos para a PETROBRÁS. Ela seria, no entanto, uma fonte de recursos de pequena expressão no caso de venda de seus ativos: o valor contábil do seu patrimônio líquido — US\$ 3,8 bilhões — não representa sequer o valor de dois anos de investimentos da Petrobrás. Em 1990, por exemplo, um ano de investimentos contidos, estes estão orçados em US\$ 2,1 bilhões. Sem a PETROQUISA, a PETROBRÁS perderia um de seus fatores de rentabilidade comparativamente às corporações que lhe são congêneres.

O traço mais característico do papel restritivo que se tenta impor à PETROQUISA é a alienação de seus investimentos, resultante das fortes e continuadas pressões para privatização de suas controladas ou para alienação de sua participação nas coligadas (desestatização). Os atuais executores da política econômica nacional estabeleceram, como uma de suas metas, a redução na economia da presença do estado-produtor e do estado-regulador. Não é adequado situar a privatização da PETROQUISA neste contexto, pois:

1 — A PETROQUISA não substitui, essencialmente, a iniciativa privada (nacional ou não) no setor petroquímico;

2 — A PETROQUISA não é regulamentadora da atividade petroquímica como foram ou têm sido o CNP, SDI, CIP, BNDES, SUDENE e outros. É apenas o instrumento governamental da política industrial para o setor.

**Qual a importância do que ela faz?**

O negócio químico existe hoje, no mundo, uma sofisticada engenharia financeira para a estruturação de empresas e empreendimentos. O objetivo é articular interesses diversos de empresas locais e do exterior (normalmente detentoras de modernas tecnologias). Incluem-se aí *joint-ventures*, fusões, incorporações e muitas outras operações que visam otimizar economicamente o tamanho de indústrias, sua integração e a integração delas com o mercado. A PETROQUISA por suas características é a instituição vocacionalmente adequada para promover essas articulações. Isto com a vantagem extra de, como órgão público, ter um viés social e nacional a orientar suas atividades.

**“Provavelmente entre os beneficiários com a extinção da PETROQUISA estariam corporações estrangeiras”**

Com o desenvolvimento da indústria petroquímica no Brasil também desenvolveu-se a formação de cartéis por grupos privados nacionais, investidores, fundamentalmente, em indústrias de segunda geração, visando a manutenção de sua privilegiada posição alcançada no setor, impedindo o surgimento de novos grupos e provocando que grandes decisões venham sendo tomadas pelo menor número de interessados e nem sempre considerando os interesses nacionais. Tais cartéis vêm sustentando posições-chave no comando da petroquímica nacional. Os últimos governos não foram capazes de criar mecanismos para deter a ação desses cartéis, inclusive com uma maior presença e de forma mais independente da PETROQUISA nas indústrias de segunda geração.

Duas características que habilitam a PETROQUISA a realizar as suas tarefas são: ser “holding” controlada acionariamente pela PETROBRÁS e ser acionista de empresas em um amplo espectro da petroquímica nacional. Essas características são na verdade essenciais. Sem elas a PETROQUISA tenderia à extinção. E todas as alternativas de

privatização cogitadas convergem para a anulação de uma ou de outra ou mesmo de ambas as características essenciais.

**Integração Petroquisa/Petrobrás**

**P**or que é essencial para a PETROQUISA o seu controle acionário pela PETROBRÁS?

Em termos econômicos e técnicos esse controle, na medida em que se propicia a integração PETROBRÁS/PETROQUISA tem sido um elemento chave para o desenvolvimento do setor petroquímico nacional. Isto porque:

— A PETROBRÁS é fornecedora praticamente de toda a matéria-prima para a petroquímica. Cerca de 15% de todo o petróleo refinado no País vai sob a forma de nafta para as Centrais de Produtos Petroquímicos Básicos — unidades industriais que abastecem as fábricas petroquímicas de segunda geração com os materiais necessários para o processamento. Esse fato tem se constituído numa garantia para o setor petroquímico de suprimentos adequados.

— A PETROBRÁS dispõe de elevada capacidade tecnológica, inclusive em áreas que são comuns com a petroquímica. Uma Central de Matérias-primas, por exemplo, é bastante similar a uma refinaria.

— A PETROBRÁS tem sido, em muitas ocasiões, supridora e mesmo formadora de quadros profissionais para a petroquímica.

Se esses aspectos mostram a conveniência da integração PETROBRÁS/PETROQUISA há um outro que compele a esta integração. Suponhamos que o controle acionário da PETROQUISA fosse de um outro grupo que não a PETROBRÁS. Seria mais difícil para ela participar de várias empresas do sistema, ao mesmo tempo, uma vez que muitas delas têm sócios e interesses conflitantes. Em um sistema de mercado seria problemático a uma empresa que não fosse vinculada à PETROBRÁS vir a articular, em escala nacional, a viabilidade do suprimento de matérias-primas petroquímicas, dentro de critérios estritamente econômicos e técnicos, relevando, assim, pressões inconsistentes regionais e/ou cartoriais.

Tendo como acionista controlador a PETROBRÁS, a PETROQUISA conta com o

suporte de uma empresa que tem a isenção própria de uma instituição pública. Uma vez mantidos os vínculos com a PETROBRÁS por que é também essencial à PETROQUISA a manutenção de seus ativos? Isso porque a capacidade de desenvolvimento realizada pela PETROQUISA está associada ao fato dela:

— Manter relações com a maioria dos grupos nacionais e estrangeiros, os mais expressivos dos setores;

— Atuar na maior parte das regiões industrializadas do País;

— Participar dos segmentos-chave da produção petroquímica nacional;

— Ter porte econômico e financeiro auto-sustentado, que dá lastro às suas atividades.

Isso equivale dizer que para cumprir adequadamente seu papel, a PETROQUISA necessitam ter o peso específico que seus ativos (carteira de ações) e executivos (gestores de negócios ou implantadores de projetos) têm dentro do setor petroquímico.

**“Sem a PETROQUISA, a PETROBRÁS perderia um de seus fatores de rentabilidade comparativamente às corporações que lhe são congêneres”**

Se a consequência da privatização da PETROQUISA não seria a redução do papel do Estado como produtor ou regulador, o que realmente adviria com a privatização? Certamente o desmembramento predatório da PETROQUISA e conseqüentemente a sua extinção. Em um primeiro momento isso poderia parecer interessante a alguns sócios nacionais da instituição. Haveria a possibilidade de ganhos imediatos com o aumento de suas participações nas empresas lucrativas do sistema. No entanto, o desaparecimento da PETROQUISA poderia originar uma desnacionalização do setor: os grupos nacionais que atuam em petroquímica, sem a atuação harmonizadora da PETRO-

**AÇÕES DESORDENADAS DO GOVERNO**

**1 — agosto de 1990** — A Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização decide que a privatização da Petroquisa começará pela Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene) e prosseguirá empresa por empresa. O presidente da Comissão e do BNDES, Eduardo Modiano, é o maior defensor desta proposição. Após denúncias nos jornais de que a operação favoreceria os Grupos controladores da Norquisa, a desestatização da Copene sai de cartaz.

**2 — setembro de 1990** — Surge uma nova proposta: a privatização seria em bloco, permanecendo a pessoa jurídica da Petroquisa.

**3 — Outubro de 1990** — Outra proposta, dessa vez apontada como consensual: a privatização da Petroquisa através da divisão do segmento em quatro blocos regionais — Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. O processo começará pela Companhia Petroquímica do Sul (Copesul).

QUISA, deixariam de ter um expressivo aliado, ficando mais difícil sustentar a posição que hoje ocupam, mesmo os cartelizados, face à ofensiva das corporações internacionais.

Provavelmente entre os beneficiários com a extinção da PETROQUISA estariam corporações estrangeiras. Hoje, apenas 6% da participação no sistema que totaliza um patrimônio de US\$ 8 bilhões pertencem a grupos estrangeiros. Essa pequena participação não é um fato comum em setores de tecnologia de ponta ou em segmentos com amplo mercado local, como é o caso da petroquímica. Isso foi uma conquista da PETROQUISA. Os grandes credores do Brasil não foram ainda ao mercado secundário desfazer-se de seus títulos de crédito. Um dos motivos é porque sabem que há aqui um patrimônio hipotecável, e parte desse patrimônio é o parque petroquímico nacional e seu amplo mercado interno.

## As estatais petroquímicas

**A** existência das empresas estatais petroquímicas justifica-se por uma série de fatores, entre os quais a necessidade de um vínculo empresarial estreitíssimo com as companhias produtoras de petróleo e de gás natural, objetivando o suprimento de matérias-primas em quantidade, qualidade e condições de preços que possam tornar econômica a produção petroquímica. A necessidade do Estado intervir na produção petrolífera trouxe como consequência o seu papel preponderante na indústria petroquímica. O exemplo italiano é típico. Também o alto risco inerente às centrais produtoras de produtos básicos petroquímicos levou à presença estatal neste setor.

Difícilmente em um país do terceiro mundo uma empresa privada tem condições de alavancar um empreendimento deste porte sem a participação do Estado. Este é o



caso típico da PETROQUISA, tendo ficado comprovado que o empresariado nacional não conseguia assumir os riscos de implantação das três centrais petroquímicas brasileiras (Petroquímica União, COPENE e COPESUL) sem a participação decisiva da estatal.

Recentemente a revista "Oil & Gas Journal" — (abril 1990) — deu notícia de trabalhos realizados pela empresa de consultoria americana "Probe Economics" sobre a participação das empresas estatais no contexto petroquímico mundial. Os consultores opinam que essa participação, já expressiva,

**“É importante destacar ainda que toda esta operação trará um prejuízo sem precedentes aos acionistas destas empresas bem como aos da Petroquisa e da Petrobrás...”**

tende a se acentuar até o ano 2000 face a necessidade das nações em desenvolvimento utilizarem esse setor como força motriz no desenvolvimento econômico.

A PETROQUISA se encontra na segunda fase de evolução de petroquímicas estatais (fase 1: empresa instrumento de política governamental; fase 2: empresa estatal competitiva e fase 3: empresa internacional parcialmente privada). A interrupção da fase evolutiva da empresa (pela precipitação do seu processo ou mesmo por sua privatização) poderá fazê-la descumprir os seus objetivos no momento: a proteção dos interesses nacionais, a consolidação da empresa privada e sua agilização como instrumento do desenvolvimento nacional.

## Papel atual da Petroquisa

**C**omo articuladora e promotora do desenvolvimento do setor químico e petroquímico do País a PETROQUISA atua, hoje, executando tarefas diversificadas como:

- Aproveitamento químico do gás natural de Urucu e Juruá
- Viabilização do projeto de barrilha da Alcanorte no Rio Grande do Norte
- Implantação de vários projetos nos pólos cloroquímicos de Alagoas e Sergipe
- Implantação do pólo petroquímico do Rio de Janeiro, além de vários outros projetos desvinculados do pólo
- Desgargamento da Petroquímica União em São Paulo
- Apoio à expansão do pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia

— Consolidação do pólo petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul

— Elevação, em várias frentes, da capacidade tecnológica da petroquímica brasileira como a implantação do Centro de Tecnologia da PETROQUISA (CENTEP)

— Estabelecimento dos parâmetros básicos para o desenvolvimento da indústria de química fina do País

— Estabelecimento de estratégias para aumentar a competitividade do setor petroquímico, incluindo-se nisso otimizações nas estruturas operacionais e nas configurações empresariais.

A PETROQUISA vem realizando essas e muitas outras tarefas que são de sua atribuição com um efetivo de 265 funcionários.

## Petroquisa nos jornais

Jornal do Comércio

### Deputados condenam o plano de privatização

BRASÍLIA — A subcomissão de desestatização da Câmara dos Deputados entregou, ontem à tarde, ao presidente Fernando Collor, um relatório condenando o processo de privatização do Governo federal. O relatório de fim de ano, elaborado pelo presidente da Subcomissão, deputado Marcos

orientar-se "por objetivos secundários de realização de caixa". No relatório, o parlamentar sugere ao presidente Collor que atrele o processo de privatização a avanços na organização industrial, "de modo a alcançar níveis de maior eficiência seto-

co competente e dispensa gastos com a contratação de terceiros".

Queiroz lembrou, no relatório, que o BNDES deveria começar a privatização vendendo suas próprias participações acionárias em em-

### Petroquisa já pode ser privatizada

BRASÍLIA — O Ministério da Infra-Estrutura anunciou ontem a conclusão dos requisitos legais para privatização de duas importantes estatais: a Petroquisa (Petrobrás Química S/A) e a Cobrapi, empresa do Grupo Siderbrás. Ambas estão saneadas e são lucrativas. Encerrada a fase de auditoria, a mais complicada, em mais ou menos três meses o controle das duas empresas estará em poder dos acionistas privados.

O ministro Ozires Silva fez a comunicação em tom de vitória, mas não escondeu sua irritação com o atraso no programa de privatização. Para ele, a legislação foi concebida com excesso de restrições e criou complicações ao processo. Mas o mais grave, avalia, é "o espírito de desconfiança que persiste na sociedade". Ele não duvida que "grup-

Jornal do Brasil

### Aepet tenta evitar a venda da Petroquisa

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) comprou mil ações preferenciais ao portador da Petroquisa, no valor de Cr\$ 71,5

prazo, que são "micos". Perderão, também, porque provavelmente as ações sofrerão fortes queda - argu-

### Deputado denuncia inclusão de empresa necessária à segurança

O deputado César Maia (PDT-RJ) aproveitou o Workshop sobre privatização para denunciar a inclusão de uma empresa que apontou como estratégica para a segurança do País: a Fábrica Carioca de Catalizadores, da Petroquisa.

Segundo o deputado, a empresa foi incluída como privatizável, estranhamente, no decreto 99.666, publicado no Diário Oficial do dia 1º deste mês. "As autoridades deveriam evitar decisões importan-

Oxiteno; do Grupo Ultra (20%) e a Petroquisa. Atenção para a importância da fábrica com a chamada "Guerra das Malvinas", quando, segundo ele, o bloqueio das importações argentinas de catalizadores não interrompeu o refino de petróleo devido à transferência informal realizada através de importações brasileiras. A decisão de fabricar catalizadores foi aceler-

o Governo dá a impressão que seus objetivos são liberais, mas com métodos conservadores. Quer o mercado como fim, mas não acredita no mercado como meio.

O deputado acentuou que tudo indica que o programa ou está inserido num projeto ideológico, ou ser utilizado como instrumento de política fiscal

Jornal do Comércio

### Jurista faz crítica à lei que privatiza

A lei que fixou as regras para a privatização das empresas governamentais é, no entender do jurista Modesto Carvalhosa, "a lei da moda", que não considera as demais existentes, e contém distorções ao ponto de ignorar os direitos dos acionistas.

Para ele, que fez exposição no Workshop sobre privatização, a Lei nº 8.031 tem caráter imperial e criou perplexidade sob o ponto de vista sociológico. "Trata-se de outro transatlântico, complexo e de difícil entendimento".

Condena a lei que a

Jornal do Brasil

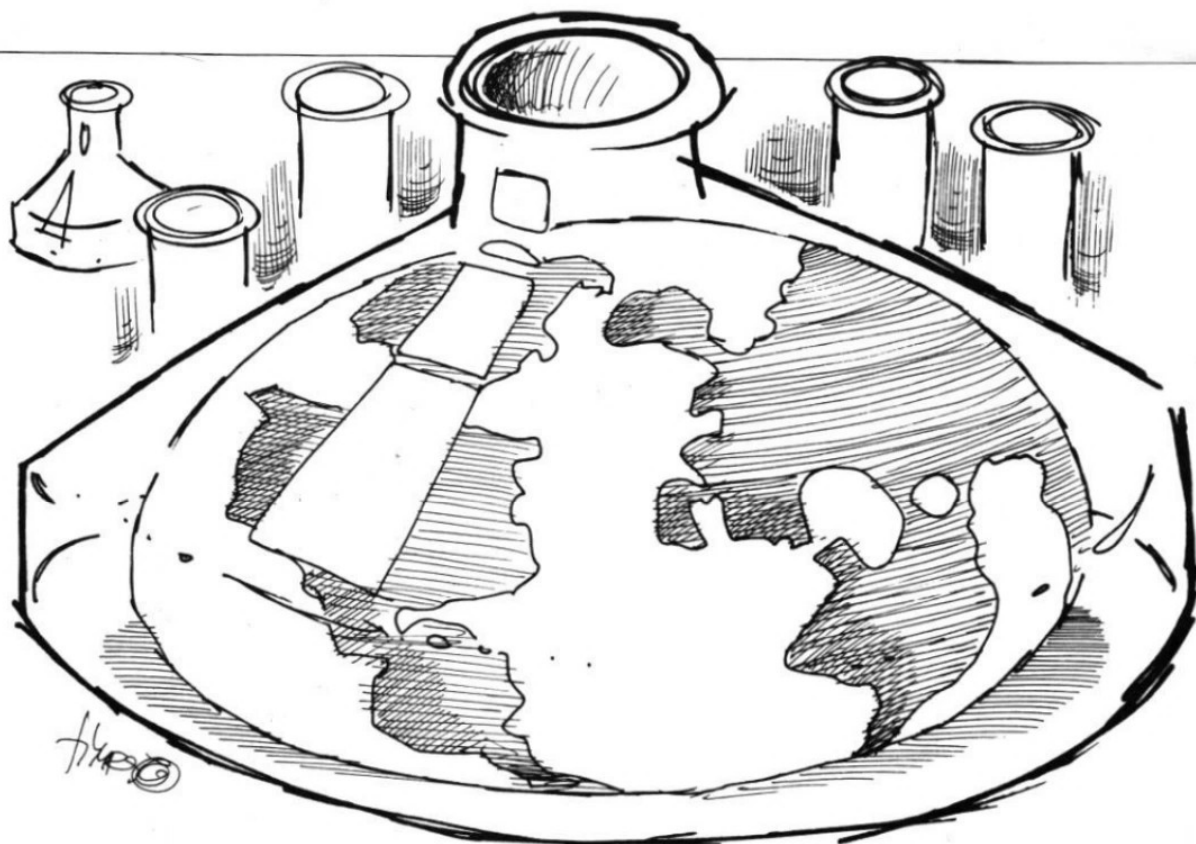
# Privatização da petroquímica pode ser regionalizada

Ronaldo Lapa

A polêmica sobre a privatização da petroquímica nacional pode estar perto do fim. A Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, que se reúne hoje à tarde no BNDES, poderá anunciar uma solução consensual para aumentar a participação da iniciativa privada no setor petroquímico. A idéia básica é dividir o segmento em quatro regiões: a região sul, a região

a venda da Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene). A idéia de regionalizar o setor petroquímico antes de privatizá-lo, embora tenha a concordância de quase todos os grupos com interesses no processo, ainda deve sofrer alguns acertos, segundo o presidente do BNDES, Eduardo Modiano. Ele garante que algumas arestas serão aparadas até a decisão final, que deverá ser fechada entre a reunião

deverá analisar as diversas propostas que forem colocadas na mesa, inclusive a que vier a ser apresentada pelo secretário de Economia, João Maia. O banco poderá contratar uma grande empresa de consultoria para indicar qual seria a melhor modelagem de privatização do setor petroquímico nacional. A reunião será a Comissão



## A petroquímica no mundo

**FRANÇA** — A petroquímica de base na França é hoje dominada por três empresas estatais — a Atochem, a Orken e a Rhone-Poulenc. Cumprindo rapidamente a fase de evolução, as estatais francesas competem, hoje, internacionalmente.

**ITÁLIA** — A criação de uma "holding" estatal (ENI) para resolver o problema de combustíveis líquidos da Itália acabou gerando a empresa petroquímica ANIC. Mais tarde todos os negócios foram concentrados na "holding" denominada Enichem, recentemente em processo de fusão com a empresa privada Montedison na chamada Enimont. A Montedison é também outra grande "holding" petroquímica onde o estado detém 25% do capital. A presença marcante do Estado na petroquímica italiana resultou da necessidade de integração desse setor com a exploração e industrialização do petróleo e dos problemas que teve a empresa privada de manter posições hegemônicas nas empresas.

**ESPANHA** — Em concorrência com as multinacionais presentes na petroquímica espanhola está a Repsol Química, subsidiária da Repsol Petróleo. O único grupo privado espanhol com alguma expressão é a CEPSA, produzindo principalmente detergentes e suas matérias-primas.

**HOLANDA** — Mesmo sendo um país de forte cultura capitalista, a DSM, empresa estatal holandesa tem expressiva participação no setor, sendo a quinta produtora de eteno da Europa e a décima-segunda maior produtora de plásticos.

**ÁUSTRIA** — A configuração da petroquímica austríaca demonstra que sua origem é consequência de um plano de industrialização do País desenvolvido pelo governo. Para a indústria química e petroquímica foram criadas a OMV e a Chemie Industries.

**NORUEGA** — Duas grandes empresas estatais dominam a petroquímica norueguesa. Pelo seu alto estágio de desenvolvimento lançam-se em subsidiárias e coligadas por vários países da Europa. São a Norsk-Hydro e a Statoil: a primeira nasceu da exploração do gás natural e da produção de fertilizantes e a segunda a partir da refinação de petróleo.

**FINLÂNDIA** — Também na Finlândia a indústria petroquímica é dominada por duas empresas estatais — a Kemira e a Neste. A primeira atua principalmente em fertilizantes básicos, enquanto a segunda é uma poderosa produtora de petroquímicos, estando hoje presente em vários países da Europa.

**SUÉCIA** — A petroquímica sueca é explorada principalmente pelas estatais norueguesas e filandesas.

**TURQUIA** — A petroquímica é dominada pela estatal Petkym, caso típico de intervenção estatal para desenvolvimento setorial. Graças a sua estatal, a Turquia atingiu grande desenvolvimento petroquímico entre seus vizinhos do Oriente Médio e no momento pensa em ampliar uma de suas subsidiárias, abrindo oportunidade para o capital privado.

**ISRAEL** — Para desenvolvimento do setor, o governo organizou também uma estatal, a Israel Chemicals que atua na química orgânica e inorgânica através de 25 subsidiárias. Atualmente examina-se a possibilidade de privatizar algumas dessas subsidiárias, mas o Estado manterá, de acordo com os estudos realizados, 50% dos seus interesses.

**PAÍSES LATINO-AMERICANOS** — No México a petroquímica é liderada pela estatal PEMEX, apesar do processo de privatização que ela mesmo conduziu em algumas de suas subsidiárias.

Na Venezuela, a Pequiven, subsidiária da Petroquímica da Venezuela (PDVSA) continua sendo o instrumento estatal de viabilização dos projetos petroquímicos.

Na Argentina em crise econômica as duas empresas estatais petroquímicas (Petroquímica Bahia Blanca e Petroquímica General Mosconi) continuam a executar seus planos de investimentos em ritmo condizente com a situação econômica do País.

**PAÍSES DO SUDESTE ASIÁTICO** — Os países que constituem a Association of South East Asian Nations (Tailândia, Malásia, Brunei, Singapura, Indonésia), além de Formosa, estão implementando a indústria petroquímica com base em empresas estatais.